



“PROGRESSO E ORDEM” NA FRONTEIRA OESTE

João Edson de Arruda Fanaia*

Resumo

O presente artigo tem como objeto central de reflexão analisar como reverberações entorno da modernidade, do denominado processo civilizatório, da ciência e do progresso aportaram em Mato Grosso. Objetiva também analisar a forma de apropriação das denominadas “ideias novas” a partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX e de que modo foram ressignificadas pelas elites locais com o propósito de ampliar a visibilidade da Fronteira Oeste. Apontar as estratégias discursivas utilizadas no sentido de nacionalizar demandas dos espaços denominados de “sertão” e alçá-los a condição de região “desenvolvida”.

Palavras-chave: Fronteira Oeste, ciência e progresso

A Fronteira Oeste em fins do século XIX e as primeiras décadas do XX

A mudança de regime ocorrida em 1889, não apenas instituiu um *status quo* que tinha como propósito rivalizar com o regime Imperial, como procurou colar na República ideias que definitivamente iam retirar a nação de seu estado letárgico e ao mesmo tempo criar as condições para a aceleração civilizacional, seja do ponto de vista cultural, econômico, político e social. Este momento marcaria a entrada triunfal da jovem nação republicana nos trilhos da modernidade.

O republicanismo, amalgamou em suas fileiras não apenas militares, setores da economia considerados mais dinâmicos, camadas médias urbanas, entre outros grupos sociais, contou também com o claro apoio de intelectuais, a denominada “geração de 1870”, ressalto que esta denominação não deve induzir a pensar em homogeneidade de pensamento, ao contrário, grupos diversos foram formados, segundo distintas convicções, ideológicas, políticas e filosóficas. Sobre o tema, vários trabalhos foram produzidos e certamente reflexões futuras surgirão. Ressalto, entretanto, que parte dos trabalhos

*Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professor do Curso de História, com especialidade em História política do Brasil referente ao período republicano. Membro do Grupo de pesquisa Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade.

dedicados ao tema ou que incluem em análises mais ampliadas observações sobre a “geração 70”, possuem no meu entendimento, percepções formuladas pelos “jovens pensantes” como um dos pontos centrais, a crítica que construíram em relação ao regime imperial. Para a historiadora Tereza Chaves “...federalismo, democracia, instrução pública eram bandeiras do republicanismo que já tinha por si o beneplácito dos ventos da história. Por isso, a República era o ideário político de quase todos os intelectuais...” (MELLO: 2007, p. 71).

Deve-se ainda acrescentar, ao menos para certos círculos, a crença então disseminada, na capacidade transformadora do conhecimento, operado pela ciência como aspecto nodal para viabilizar reformas que possibilitassem em definitivo arquitetar o “novo” perfil político-institucional no Brasil de modo a inseri-lo no seletivo grupo dos países desenvolvidos. O primeiro ponto a ser vencido era superar a monarquia e numa perspectiva evolutiva consumir a passagem para o regime republicano.¹ Segundo alentado trabalho desenvolvido sobre o tema ao fazer referência aos cientificistas paulistas (uma das correntes da geração de 1870), que compunha parte da dissidência liberal, afirma a pesquisadora: “Os que estudaram no estrangeiro vinham impregnados de **leituras científicas** e entusiasmados com a emergência de uma **era científica**. ” (ALONSO: 2002, p. 151). (Grifo nosso). Outra autora apoiada em Maciel de Barros procura perceber os parâmetros que em parte regiam parcela expressiva dos intelectuais da segunda metade do século XIX nos seguintes termos:

O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo **sentido de modernização**. Roque Spencer Maciel de Barros usa o termo ‘ilustração’ para caracterizar estes homens que queriam iluminar o país através **da ciência e da cultura**. Segundo eles, os problemas nacionais, provocados pela ignorância, só poderiam ser sanados por uma **reação ‘científica’**...Seu projeto era colocar o país ao ‘nível do século’, superar seu ‘atraso cultural’ e **acelerar sua marcha evolutiva** a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade. (OLIVEIRA: 1990, p. 81). (Grifo nosso).

¹Um dos trabalhos mais recentes sobre o tema da geração 70 é o de Angela Alonso que em determinada passagem de seu texto assevera: “A hipótese deste trabalho é que a unidade do movimento foi política, fruto de uma experiência compartilhada de marginalização em relação aos postos de mando do Segundo Reinado. Neste livro procuro demonstrar que o movimento intelectual da geração de 1870 recorreu a componentes do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as instituições, práticas e valores essenciais da ordem imperial. ” (ALONSO, 2002, p. 45).

As expectativas pensadas para a nação, do ponto de vista dos “jovens mosqueteiros”, correspondiam dentro dos limites aceitáveis e possíveis, ao que pronunciavam no Parlamento os representantes estaduais, carregando com mais ou menos vigor na coloração de determinadas demandas como sendo indispensáveis no caminho do “salto para o futuro” do Estado, ou do que eles a partir do *lócus* de onde produziam seus discursos entendiam como sendo o dever da região mato-grossense. Dentro e fora do Estado a *ideia força* de um porvir promissor tornou-se lugar comum, ainda que não houvesse na tentativa de viabilizar o acalentado “processo civilizatório” necessariamente uma simetria nos investimentos realizados, tanto o nível de articulação como a intensidade das ações eram variáveis. Dos discursos proferidos no Parlamento Federal a algumas iniciativas práticas como por exemplo, o esforço em fazer o Estado presente em exposições nacionais e internacionais e a produção de uma literatura ao mesmo tempo redentora em relação ao passado e propositiva em termos de futuro, todas as iniciativas convergiam numa mesma direção, “soldar” uma região considerada apartada por suas elites, ao fluxo promissor do cosmopolitismo e do “desenvolvimento” republicano.

O que importa para este sucinto texto é chamar, ao menos em parte, a atenção para o fato de que o movimento intelectual em alguma medida vai reverberar em discursos² proferidos no regime republicano por parte dos parlamentares mato-grossenses. Oriundos de um estado com pequena bancada, para estes atores políticos o regime instalado em fins do século XIX no Brasil haveria de cumprir o seu papel e efetivamente ser copartícipe na superação dos desafios impostos aos estados mais modestos em termos econômicos.³ Esta percepção de progresso e República como duas faces da mesma moeda, sem dúvida repercutiu em Mato Grosso, na medida em que o “novo” regime caminhava, apesar da

² Para trabalhar os discursos enquanto fonte relevante, utilizei como aporte teórico o trabalho de Durval Muniz, para o autor: “Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo”. (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2009, p. 235).

³ A representação de Mato Grosso na Câmara Federal era de apenas quatro deputados, decorrência do número de eleitores no Estado que era utilizado como parâmetro para definir a bancada das unidades da federação durante a Primeira República, já os senadores como os demais estados eram três.

entropia que o caracterizou em sua década inicial.⁴ Isto será demonstrado a seguir, afinal tratar dos problemas nacionais soava bem aos ouvidos das elites locais que defendiam com veemência a necessidade desta unidade da federação e, por conseguinte de sua vasta fronteira, via de regra vista como espaço de abandono pelos poderes federal e estadual, ser decisivamente incorporada às transformações econômicas em curso. Os estados da região centro-sul do país eram tomados como referência, vistos como polos dinâmicos e exemplo de experiências bem-sucedidas, no concerto da economia nacional.⁵

Com base nas observações anteriores, não afirmo que houve pura e simplesmente uma absorção do temário que circulava no findar do século XIX por letrados matogrossenses, fossem parlamentares ou não. O que destaco é a captura de parcela do que era apregoado e inserido em falas proferidas pelas elites locais, que procuravam fazer com que questões regionais ressoassem no plano nacional.

Para melhor perceber e correlacionar os pronunciamentos com a questão apresentada para reflexão inicio com o seguinte discurso proferido no Senado Federal:

No isolamento, (Mato Grosso) segregado de outros núcleos de população, jamais um povo poderá desenvolver-se **crescer e progredir**, chegando a constituir-se um Estado poderoso e importante no convívio das **nações que hoje marcham nas avançadas do progresso e da civilização**, ainda que o Estado que ele habite seja dotado de riquezas extraordinárias e que esse povo por sua origem, por seus antecedentes históricos, por suas tradições, hábitos e costumes, faça parte das grandes nações que marcham na **vanguarda do progresso**, conquistando da natureza em suas manifestações tudo quanto ela pode oferecer. (MARQUES, 1906, p. 905).⁶ (Grifo Nosso).

⁴ A expressão entropia é utilizada a partir do trabalho de Renato Lessa sobre a instabilidade política durante os anos iniciais da República, pautados por dissidências no interior das próprias forças armadas e civis.

⁵ Ao longo do texto o conceito de *elites políticas* é utilizado com referência aos que possuíam poder de decisão e mando e ocupavam, por conseguinte, posições na Assembleia Legislativa, Poder Executivo Estadual, Câmara e Senado. Para melhor adequar aos propósitos do trabalho considero também os letrados que produziam e divulgavam suas ideias através dos livros, periódicos, contando com o apoio e o incentivo do Instituto Histórico de Mato Grosso, a partir de sua criação no Estado em 1919. A rigor é difícil separar os que atuavam diretamente nas instituições mencionadas e os que produziam seus escritos, considerando a proximidade e vinculação até em termos de relações de parentesco.

⁶ Anais da Câmara Federal fala do Deputado Joaquim Augusto da Costa Marques, sessão em 30/11/1906. Joaquim Augusto da Costa Marques nasceu na cidade de Poconé – MT em 07/06/1861. Era bacharel em Direito formado pela Faculdade de São Paulo em 1891. Foi deputado estadual em 1898/1900, 1900/1902 Deputado federal por três legislaturas entre 1906/1908, 1909/1911, 1918/1920 e exerceu o governo do estado de Mato Grosso de 15/08/1911 a 15/08/1915. Era filho de Salvador da Costa Marques, tenente-coronel da Guarda Nacional, chefe político no Império e possuía grandes extensões de terras, casado com Augusta Nunes Rondon. Assim como o marido oriunda de família de fazendeiros. Tornou-se mais tarde

Podemos observar que a palavra *progresso* surge em sua fala em três momentos, associada à ideia de *crescimento* econômico evidentemente, de etapa do processo *civilizacional* e no sentido *vanguardista* do país que trilha este caminho. É importante destacar que o referido pronunciamento, iniciou abordando temas relacionados à linhas telegráficas e melhoramentos nas vias fluviais de modo a garantir navegação regular e segura para Mato Grosso. Se bem observarmos há uma similitude de expressões contidas no discurso e as observações feitas com relação a ideias apregoadas pela “geração de 1870”. Independente do nível de militância concreta dos intelectuais da segunda metade do século XIX, ou seu engajamento efetivo nas lides políticas republicanas, não se pode negar o espraiamento de questões apontadas como *sine qua non* para o regime republicano operar sua obra “redentora”. O deslizamento do discurso do deputado federal Costa Marques de questões do campo prático em termos de demandas estaduais, para inseri-las num universo bem amplo e que passa necessariamente por uma via evolutiva, não era gratuito, ou sem propósito, ao contrário procurava reforçar a necessidade de medidas concretas no sentido de materializar a inserção não apenas de Mato Grosso, mas da nação brasileira no interior de uma dinâmica planetária, sob pena do ostracismo e do atraso nos afastar em definitivo deste desiderato.

Não me é possível afirmar que o parlamentar lançou mão das mesmas fontes utilizadas e ressignificadas para a realidade nacional, dos intelectuais das décadas de 70 em diante, para isto será necessário um estudo mais pormenorizado da literatura com a qual conviviam os jovens bacharéis, médicos e engenheiros de Mato Grosso formados alhures. Isto não me impede de inferir que ressonâncias estavam presentes nestas e outras manifestações que procuravam interagir questões regionais, com análises mais refinadas

proprietário de terras montando a usina da Ressaca que produzia açúcar e aguardente, sendo o maior empreendimento no gênero no município de Cáceres. No regime republicano filiou-se inicialmente ao **Partido Nacional** mais tarde transformado em Partido Democrata. No movimento de 1899 ficou ao lado de Generoso Ponce e migrou para o **Partido Republicano Mato-grossense** (PRMG). Em 1906 novamente manteve-se leal a Ponce e ingressou na **Coligação Mato-grossense**. Em 1911 já pelo **Partido Republicano Conservador** (PRC) do qual era membro do Diretório, foi eleito para 7ª legislatura, mas renunciou para assumir o governo do Estado. Primeiro governador republicano a completar integralmente o mandato sem nenhuma interrupção. Faleceu em Cáceres - MT em 02 de dezembro de 1939.

criando uma ponte entre o local, o nacional e não sem razão o universal. Para membros das elites com formação superior era premente demonstrar a pertinência de seus argumentos, procurando transpor os limites que circunscreviam suas demandas não como reivindicações apenas domésticas, mas inseridas em propósitos maiores, o progresso, e o desenvolvimento aplainando o caminho em direção à civilização. Esta era uma questão nacional e não apenas de um Estado, afinal não nos tornamos uma federação e a República não havia sido instaurada em parte respaldada pela ideia de superação do atraso, do conservadorismo e do imobilismo do Império, refratário às necessárias mudanças que clamava o país.

Em pronunciamento no ano de 1892, o deputado federal por Mato Grosso Caetano de Albuquerque⁷ privilegia a perspectiva evolucionista que deveria prevalecer como norte orientador, não apenas referindo-se à nação, mas principalmente tratando de questões do estado que representava. Expõe suas ideias nos seguintes termos:

Sr. Presidente, os fatos que são fenômenos externos, regem-se pela mesma lei mecânica e evolutiva dos fenômenos do pensamento e da inteligência, que são fatos internos.

.....
Querer criar movimentos revolucionários, bem como querer impeli-los em sua marcha, é um erro tão grave como necessariamente é um erro imprimir-se um movimento rápido ou bruscamente para-se a rotação de um volante.

Entendo que em todos os fenômenos é preciso essa subordinação às leis evolutivas, quer sejam fenômenos de ordem moral, quer sejam fenômenos de ordem material.

É por isso que, pela orientação do meu espírito, condeno e desaprovo todos os intuítos revolucionários que tenham por fim apressar ou retardar certos e determinados fenômenos sociais. (ALBUQUERQUE: 1892, p. 241).

⁷ Anais da Câmara dos Deputados, fala pronunciada em 12/07/1892. Caetano Manoel de Faria Albuquerque nasceu em Cuiabá no dia 11/01/1857. Era Bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro militar pela Academia Militar. Foi deputado federal em várias legislaturas e assumiu também a Comissão de Finanças da Câmara Federal. Exerceu o governo de Mato Grosso de 15/08/1915 a 10/01/1917. Defensor do ideário republicano retornou a Mato Grosso durante a mudança de regime. Após fortes pressões do grupo político ligado ao Senador Azeredo e inclusive do Presidente Wenceslau Braz o Executivo Estadual através de processo de impeachment. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1925. Apesar da similitude no sobrenome não pertenciam a mesma família.

O tema de seu discurso eram as intensas lutas políticas que ocorriam em Mato Grosso, para a definição do grupo político que assumiria o poder. Em determinado momento de seu longo pronunciamento o parlamentar migra para o campo das ideias e deixa claro, ao menos teoricamente, sua predileção pela via evolutiva que deve reger as mudanças sociais. Uma clara referência ao pensamento positivista. Militar de formação o deputado defende que as transições devem ser feitas sem rupturas abruptas, pois a história humana tinha suas leis que deveriam ser respeitadas, uma clara alusão a lei dos três estados.⁸ Neste aspecto cabe salientar que apesar de “adepto” de uma filosofia da história na tribuna, em Mato Grosso estava envolvido nas marchas e contramarchas no interior das dissidências locais.

Em outra manifestação do deputado Paes Barreto podemos perceber sua leitura crítica da perspectiva para alguns intelectuais, da ausência de preparo ou como diziam viajantes com diversos propósitos ao palmilharem o território mato-grossense estereotipando o habitante local como ausente de espírito operoso, neste caso temos uma vigorosa contestação, que digo, menos refletia o vivo interesse em inserir com condições minimamente aceitáveis de relações de trabalho a mão de obra local, mas utilizando deste recurso, para enaltecer numa perspectiva de natureza ufanista o trabalhador nacional, rebatendo percepções em voga da maior capacidade e adaptabilidade à disciplina laboral dos estrangeiros. Observemos trechos de seu pronunciamento:

Sr. Presidente, a **preguiça**, a **indolência**, a que tem sido atribuída a lentidão do **desenvolvimento dos países tropicais**, é uma lenda que vai sendo reduzida às suas justas proporções.

Até há poucos anos, o habitante dos áridos taboleiros dos sertões do norte pouco contribuía para o desenvolvimento da produção nacional.

Dir-se-ia que era **indolente**.

Entretanto, com a simples mudança de campo de ação, o sertanejo nortista transforma-se no herói do Acre e, operário e soldado ao mesmo tempo, lutando contra a natureza e contra o inimigo estrangeiro, conquista o direito de trabalhar, defendendo a integridade da pátria, e hoje o território do Acre manda mais ouro para o Tesouro nacional do que qualquer outra zona do país em igual população. (BARRETO: 1907, p. 1487).⁹ (Grifo nosso).

⁸ Sobre a relação entre positivismo e República nos baseamos nas reflexões de José Murilo de Carvalho.

⁹ Anais da Câmara Federal fala do Deputado João Francisco de Novaes Paes Barreto, sessão em 22/11/1907. Nasceu na cidade de Pão de açúcar no estado de Alagoas em 26/10/1873. Era bacharel em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro formado em 1913. Foi promotor de justiça em Cachoeira do Itapemirim – ES

Interessante notar que neste caso, há um distanciamento das teorias que desacreditavam da possibilidade do país superar seu atraso, considerando o aspecto degenerativo do mestiço. Ideias similares povoaram a cabeça de alguns intelectuais e, mesmo médicos como no caso de Nina Rodrigues que baseado em suas conclusões o “...levavam a acreditar no fracasso da nação e na inviabilidade de um povo mestiço como o nosso.” (SCHWARCZ: 2009, p. 101). O deputado Paes Barreto, se por um lado não endossa a tese, por outro não é desconhecido da historiografia o vivo interesse em incentivar a imigração preferencialmente estrangeira para Mato Grosso por parte expressiva das elites, em detrimento da mão de obra nacional. Apenas para exemplificar, em mensagem ao poder legislativo estadual, o governador Mario Correa da Costa explicita aos deputados sua predileção por imigrantes alemães no lugar de nordestinos.¹⁰ A contundência em negar as características positivas a serem atribuídas a parcela significativa da população brasileira, não deve necessariamente nos induzir a pensar que se tratava de uma postura predominante entre os parlamentares. Interesses outros como a urgência em ocupar os “espaços vazios” levava inequivocamente alguns deles a relativizar ou mesmo negar esta percepção da população local e fronteiriça.¹¹ Dito de outra forma, se estava difícil dinamizar a imigração estrangeira que a ocupação fosse efetivada com nacionais. De todo modo estas perspectivas estavam ancoradas em

e Penedo AL. Foi magistrado em Minas Gerais e São Paulo. Em 1903 foi nomeado juiz de direito em Cuiabá. Em sua carreira política foi vereador por São Paulo de Muriaé e deputado federal por MT em (1906/1908) e em 1909 por Alagoas. Em Mato Grosso foi nomeado secretário geral de governo em 15/08/1903 na gestão de Antonio Paes de Barros. Foi chefe de redação do jornal *Radical* em São Paulo de Muriaé e *O estado* em MT. Tinha laços de parentesco com Afonso Pena. Produziu e publicou os seguintes trabalhos *Estrada de Ferro de Cuiabá ao Madeira*, *Estrada de Rodagem de Mato Grosso ao Pará* e ainda *O curso do Paranatinga e a formação do Xingu*, opúsculos esses infelizmente bastante desconhecidos por nossos historiadores. Nos anos 50 produziu o trabalho, *As revoluções de Mato Grosso e suas causas*. Paes Barreto faleceu em Belo Horizonte em 1954.

¹⁰ Mario Correa da Costa nasceu em Cuiabá no dia 04/02/1886. Formou-se pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Foi governador do Estado 22/01/ 1926 a 22/01/1930. Filho de Antônio Correa da Costa e Antônia Leite Correa da Costa. Vários membros de sua família atuaram na política, seu pai foi governador de estado entre 1895 e 1899, seu tio Pedro Celestino Correa da Costa por duas vezes exerceu o mesmo cargo, seus primos Ítório Correa da Costa e Fernando Correa da Costa foram respectivamente, deputado federal por Mato Grosso de 1935 a 1937 e de 1955 a 1967 e governador do mesmo Estado de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 07 de setembro de 1937.

¹¹ A questão sobre os “espaços vazios” ou desabitados e os discursos criados sobre este ponto transcendeu a Primeira República e adentrou os anos 1930 e o Estado Novo. Sobre o tema utilizo as reflexões do historiador Alcir Lenharo.

preceitos do darwinismo social ao afirmar que “...o progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’ livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória”. (SCHWARCZ: 1993, p. 61).

Independente de uma posição mais ou menos eugenista, para os objetivos do texto o que importa é observar de como ideias foram apropriadas e adequadas às necessidades do Estado que procurava construir uma determinada imagem de Mato Grosso e sua extensa fronteira, positivando-a, ou seja, externava os problemas, mas não deixava de expor propostas que pudessem viabilizar economicamente a faixa fronteira.

O tripé que sustentava os argumentos estava assentado na questão da ocupação territorial, o problema perene de ausência de vias de comunicação, considerando as dimensões de Mato Grosso e o que era considerado como um dos mais graves desafios, sua segurança, teoricamente ameaçada por países vizinhos.

Se a República objetivava fazer com que o progresso e a ordem estivessem presentes em todo o território nacional, a Fronteira Oeste haveria de ser contemplada, afinal a vastidão territorial formada por extensas fronteiras externas e internas necessitava de um arco de iniciativas que cumprisse este papel. Civilizar as regiões fronteiriças, mais que um dever seria obrigação no processo de construção e fortalecimento da unidade nacional. Apenas discursos de nada adiantariam se formas de comunicação mais rápidas e eficientes não fossem efetivadas de modo a atingir a modernidade com maior brevidade e as ferrovias traduziam este ideário.

No melhor sentido do dever histórico, estavam encadeados a melhoria na viação, o crescimento econômico, a dinamização das cidades e a ocupação das áreas rurais.

Entendemos que as elites construíram uma determinada representação de Mato Grosso segundo sua visão de mundo e seus corolários, a Fronteira Oeste se constituiu em mais um elemento dentro do universo de propósitos pautado pelos deputados e senadores. Nesta perspectiva, não podemos descolar a percepção formulada e disseminada da região de fronteira, do ator ou personagem que a ela se refere, de um lado um espaço a ser ocupado e civilizado e de outro os enormes desafios postos para superar a “ambiguidade” de uma terra promissora, porém marcada pela danação.

Referência bibliográfica

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. A vida política. In: *A construção nacional 1830-1889*, volume 2. CARVALHO, José Murilo de. (Cor.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GALETTI, Lylia da Silva Gudes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GRYSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1986.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: 2001.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.